

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

ECONOMIA VERDE

As questões ambientais têm sido crescentemente incorporadas à agenda científica dos mais diversos campos do conhecimento e às agendas políticas públicas locais, regionais, nacionais e globais. A ascendente relevância destas questões tem origem na compreensão cada vez mais difundida de que a sustentabilidade ambiental é imprescindível para o desenvolvimento de longo prazo das sociedades e comunidades. O desafio de caminhar na direção de uma sociedade mais igualitária e mais sustentável está, mais do que nunca, em pauta.

O conceito de economia verde é definido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) como "aquela que resulta na melhoria do bem-estar humano e da igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e as escassezes ecológicas". A economia verde é apoiada em três estratégias principais, incluindo: redução das emissões de carbono, maior eficiência energética e no uso de recursos naturais, prevenção da perda da biodiversidade e serviços ecossistêmicos. A economia verde foi um dos temas-chave da Rio+20, a Conferência das Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Desenvolvimento Sustentável que ocorreu em 2012 no Rio de Janeiro.

Elaborado pelo PNUMA em parceria com economistas e especialistas mundiais, o relatório "Rumo à economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza" busca defender a proposição de que tornar economias verdes não implica necessariamente na redução do crescimento econômico e do nível de emprego. Ao contrário, tal transição permitiria fortalecer o crescimento através da geração de empregos e consistiria em uma estratégia vital para a eliminação da pobreza.

A ideia central da economia verde é que o conjunto de processos produtivos da sociedade e as transações deles decorrentes contribua cada vez mais para o Desenvolvimento Sustentável, tanto em seus aspectos sociais quanto ambientais. Para isso, propõe que, além das tecnologias produtivas e sociais, sejam criados meios pelos quais fatores essenciais ligados à sustentabilidade socioambiental. Na economia verde, a rota de desenvolvimento deve manter, aprimorar e, onde necessário, recuperar o capital natural degradado, enfocando-o como ativo econômico crítico e fonte de benefícios públicos, especialmente para a população pobre cuja sobrevivência e segurança são mais direta e imediatamente afetadas por desequilíbrios nos sistemas naturais (como demonstram os efeitos das secas e cheias em regiões pobres, por exemplo).

O relatório "Rumo a uma economia verde" do PNUMA, define dez setores para investimentos prioritários, a fim de alcançar práticas mais sustentáveis, sem inibir o progresso econômico:



Análises detalhadas sobre as perspectivas da economia verde, com cenários de curto, médio e longo prazos, podem ser conferidas em dois relatórios lançados pela Iniciativa Economia Verde (IEV, ou GEI-Green Economy Initiative, em inglês). O primeiro foi o Global Green New Deal, em 2009, que teve como finalidade recomendar incentivos a tecnologias verdes nas estratégias de recuperação econômica que os países adotaram para atenuar os efeitos nefastos da crise financeira global iniciada nos Estados Unidos em setembro de 2008. O segundo documento é o Relatório de Economia Verde (REV), uma das principais contribuições do PNUMA para a Rio+20. O documento indica que a transição para a Economia Verde resultaria em taxas superiores de crescimento global do Produto Interno Bruto (PIB) e do nível de emprego nos cenários de médio e longo prazos, em comparação ao cenário tendencial.

A economia verde suscita muitas questões, que não têm, de forma alguma, respostas simples e diretas. Sabe-se, contudo, que a transição requererá esforços substanciais e o engajamento de todos os segmentos da sociedade, em particular dos governos e do setor privado. Demandará, da parte dos governos, que se nivele o campo de atuação para produtos mais verdes através da revisão de políticas e de incentivos públicos, do fortalecimento da infraestrutura de mercado, da introdução de novos mecanismos de mercado, do redirecionamento dos investimentos públicos e do "esverdeamento" da demanda pública. Da parte do setor privado, será preciso responder a essas reformas de políticas por meio de crescentes financiamentos e investimentos, assim como de construção de habilidades e capacidades de inovação para tirar proveito das oportunidades de uma economia verde.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente (MMA); <http://www.radarrio20.org.br/>
<http://www.em.com.br/>; Política Ambiental - Economia verde: desafios e oportunidades (Conservação Internacional); <http://www.empreeendedorrural.com.br/>

Precisamos repensar nosso modelo econômico...

O planeta Terra já ultrapassou a marca de sete bilhões de habitantes, e a previsão é de que passemos de nove bilhões em 2050. Esse crescimento acelerado mostra o quanto o uso dos recursos naturais será necessário para aumentar o volume de alimentos. Entretanto, a área disponível para tanto é limitada.

De acordo com um estudo da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, para alimentar a população mundial em 2050 será necessário ampliar em 70% a produção. Isso sem mencionar a demanda gerada pela alimentação animal, pela produção de bioenergia e de fibras para vestuário, que também dependem da agricultura. Aproximadamente 80% de tal crescimento da produção nos países em desenvolvimento deverão vir do aumento de produtividade, e apenas 20% do aumento de área.

Recursos naturais para 2050

